



# IDeIAS

Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

## As “revoltas do pão” de 2008 e 2010 na imprensa

Crescêncio Pereira, Egidio Chaimite, Lucio Posse e Michael Sambo

Neste texto faz-se uma breve reflexão sobre a cobertura jornalística das manifestações de 2008 e 2010 em Moçambique, nos semanários *Domingo* e *Savana*<sup>1</sup>. As primeiras, por terem sido inicialmente desencadeadas em protesto contra a subida do preço dos transportes, resultante da subida do preço dos combustíveis, são designadas por alguns analistas como sendo “revoltas dos combustíveis”<sup>2</sup>. As segundas que, para além da questão dos combustíveis, foram também motivadas por um aumento simultâneo dos preços dos produtos básicos, são denominadas por “revoltas do pão”. Este texto começa por contextualizar as manifestações para, de seguida, analisar de forma comparada a cobertura dos semanários *Domingo* e *Savana* sobre as mesmas.

### Contextualização

Entre 2007 e 2012, os preços dos produtos alimentares básicos e dos combustíveis no mercado internacional começaram a sofrer uma forte volatilidade, alternando períodos de altas e baixas acentuadas. Esta situação de flutuações nos preços de cereais e a subida no preço do barril do petróleo, bem como o custo que este representava na produção de fertilizantes para agricultura e circulação de bens e serviços em geral, tornou-se quase insuportável, sobretudo para os países de baixa renda, e fez gerar muita tensão e conflitos nesses países. Com este cenário, sobreveio uma onda de protestos quase generalizados, nomeadamente na Ásia, América Latina e África. No caso de Moçambique, as revoltas ocorreram em dois momentos distintos<sup>3</sup>: primeiro nas cidades de Maputo e Matola, seguidas depois por pequenos focos em cidades como Chókwè, Chibuto e Chimoió.

No primeiro momento, iniciado a 5 de Fevereiro de 2008, os manifestantes protestavam basicamente contra a subida do preço dos serviços de transporte, como resultado do agravamento do preço de importação dos combustíveis, situação que forçou o Governo a

umentar o preço do gasóleo em 14%, do petróleo de iluminação em 19% e da gasolina em 8,1%. Os transportadores decidiram agravar as tarifas dos “chapas” entre 33% e 50%, o que fez com que irrompessem violentos protestos populares, sobretudo em Maputo e Matola. As manifestações só tiveram fim depois do acordo alcançado entre o Governo e os transportadores, com vista a adopção (por parte do Governo) de medidas compensatórias e a retirada dos 17% do IVA sobre o gasóleo, culminando com a decisão da anulação da nova tarifa. A medida aplicar-se-ia apenas para os operadores que apresentassem prova de licença de operação, situação fiscal regularizada e registo dos consumos de combustível. Para além do factor “transportes”, juntou-se, neste mesmo ano, o agravamento do custo de outros produtos alimentares, tais como o preço do pão de 200g, que passou a custar 50 centavos mais caro em relação a Setembro de 2007 (altura em que custava quatro meticais).

No segundo momento, a 1 e 2 de Setembro de 2010, as manifestações incidiam directamente no aumento do custo do pão e outros produtos básicos. O preço do pão, por exemplo, subiu em 17% – passando o de 250g de 6,00 para 7,00 meticais; a energia aumentou em 13,4%, passando o cliente da tarifa geral de *credelec* a pagar 101,6 meticais por cada Kwh contra os anteriores 89,61 meticais; a água em 2,00 meticais por metro cúbico, passando o consumidor na escala de 5 a 10 metros cúbicos a pagar 19,00 meticais, contra os anteriores 17,00 meticais (consumidores acima de 10 metros cúbicos, de 22,29 meticais passaram a pagar 25,50 meticais); a gasolina em 8%; o gás doméstico em 7,9%; para além do arroz, tomate, cebola, entre outros, que também sofreram um aumento significativo. Visando acalmar a onda de violência, o Governo adoptou medidas de impacto imediato<sup>4</sup>, mantendo ou reduzindo os preços anteriores e subsidiando parte dos produtos e serviços básicos (panificadoras e

transportadores, por exemplo). Além destas medidas, o Governo tomou outras paliativas: congelou o aumento de salários e subsídios dos dirigentes superiores do Estado, dos membros do Conselho de Administração de Empresas Públicas e das empresas participadas pelo Estado. Anunciou também a introdução da “cesta básica” e a expansão do Fundo de Desenvolvimento do Distrito (FDD), vulgo “7 Milhões”, para os distritos urbanos. Introduziu ainda o crédito agrícola, reduziu as taxas aduaneiras para a importação de produtos básicos como o arroz de terceira qualidade e o açúcar, e anunciou que promoveria a produção e o consumo do pão feito à base da farinha de mandioca.

### Media e manifestações

O debate no campo da comunicação indica que, directa ou indirectamente, os *media* têm o poder de influenciar o público sobre qualquer que seja o acontecimento, contribuindo, por exemplo, para a construção dos problemas. Esta situação ocorre quando estes i) definem a agenda pública, seleccionando os assuntos que podem ser considerados no processo de tomada de decisão; ii) orientam as percepções do público por via do enquadramento, e iii) atribuem visibilidade a um determinado acontecimento em detrimento do outro. Por outro lado, a maneira como as notícias são tratadas têm, até certo ponto, uma ligação com a trajectória político-ideológica e histórica enraizada nas suas agendas. Os semanários *Domingo* e *Savana* são exemplos dessa realidade, com implicações visíveis nas notícias sobre os acontecimentos da vida pública nacional, tais como as manifestações de 2008 e 2010. Refira-se que o primeiro tem uma predisposição favorável ao partido no poder e contrária às forças que se opõe a este, enquanto o segundo tem uma tendência contrária, ou seja, tem uma linha mais crítica ao poder.

## Cobertura do Domingo e Savana

Ao nível mediático, as duas vagas de manifestações tiveram grande noticiabilidade. Apesar de não poderem ser consideradas como um movimento social, por causa da sua falta de organização, estrutura e liderança, elas foram reportadas como uma acção colectiva de protesto contra os problemas comuns de pobreza.

A cobertura dos semanários *Domingo* e *Savana* evidencia os problemas que estiveram no cerne das revoltas, nomeadamente o transporte, o aumento dos preços dos combustíveis, do pão, da energia e água, e do custo de vida em geral. De notar que estas questões passaram a dominar a agenda dos semanários em quase todo o ano de 2008 e 2010.

Embora no *Domingo* se denote uma maior presença das “falas” do poder e um sentido de acusação aos actos de violência praticados pelos manifestantes, notou-se que em ambos semanários houve espaço para o cidadão e outras instituições moçambicanas expressarem suas opiniões, ideias e sentimentos em relação aos problemas sociais levantados. Aqui reportam-se, por exemplo, as “falas” do partido Frelimo e do Governo, que condenavam as revoltas pelo facto de estarem a “atrasar os esforços do governo no combate à pobreza”(Domingo, 05.09.2010). O partido Frelimo considerou que não se tratava de um fenómeno de cidadania, mas sim de um “fenómeno político”, ressaltando que “o povo era o principal alvo e a principal vítima dos mentores da mesma”(Domingo, 17.02.2008) . Houve também “falas” dos partidos da oposição, representantes da sociedade civil e dos cidadãos, que a relacionavam ao elevado custo de vida e desespero, à má governação, corrupção, falta de justiça e confiança no governo e falha de comunicação/diálogo entre cidadão, movimento sindical, sector empresarial e sociedade civil em geral com o governo, entre outros.

A análise da cobertura tornou possível também a identificação i) dos locais onde os populares se revoltaram, nomeadamente nas principais ruas que dão acesso ao centro das cidades, tais como, Xiquelene, Chamanculo, Magoanine, Benfica, Missão Roque, Zona Verde, Matola A, Matola Santos, zona da Portagem, Machava, Liberdade, entre outros; ii) dos manifestantes como sendo grupos heterogéneos,

maioritariamente compostos por jovens, de bairros circunvizinhos dos locais das manifestações; iii) dos danos avultados causados na via pública, incluindo a destruição de várias propriedades privadas e a privação do negócio; e iv) de centenas de feridos e cerca de uma dezena de mortos.

Abordaram igualmente o processo de negociação entre os transportadores e o Governo, a discussão e análise do problema na AR em relação à própria manifestação e às estratégias para a minimização do impacto negativo dos preços do combustível na economia do país e na vida dos moçambicanos. Refira-se que o *Domingo* considerou de satisfatórias as medidas tomadas pelo Governo, enquanto o *Savana* fez críticas sobre a forma como tais medidas foram concebidas, as considerando insustentáveis. Ainda sobre este aspecto, é interessante notar que o *Domingo* também teceu críticas, sobretudo em 2008. No entanto, o *Savana* foi mais frontal, abordando notícias sobre a necessidade de uma política pública “digna” em relação aos transportes e ao custo de vida.

Em relação ao transporte, considerou-se que o Governo se demitiu das suas responsabilidades na gestão de um sector que “não pode estar em mãos de privados”(Domingo,10.02.2008). Entretanto, o *Savana*, diferentemente do *Domingo*, expôs soluções alternativas para o problema dos transportes, tais como a criação de um “fundo subvencionado por contribuições dos cidadãos”(Savana,15.02.2008). Neste semanário, alguns académicos, cidadãos e jornalistas consideraram possibilidades de aprimorar este sector, admitindo a condição de gestão privada, incitando nele melhorias de regulação, fiscalização, serviços prestados e estabelecimento de incentivos ao investimento privado.

Para além disso, os dois semanários, com maior enfoque no *Savana*, recorrem a depoimentos de cidadãos, especialistas e membros do partido no poder, que referem que o Governo errou ao “aumentar tudo de uma vez”(Savana,17.09.2010), em 2010. Para estes, o aumento dos preços do pão, da energia e água e do custo de vida em geral está em desequilíbrio com os rendimentos do cidadão, contribuindo deste modo para o agravamento da pobreza do cidadão. As críticas estendem-se ao Presidente da República, contra

a sua indiferença perante os problemas do país e as suas onerosas presidências abertas. O *Savana* noticiou que o povo descredibilizou a sua imagem, “queimando e espezinhando” suas fotografias junto das barricadas populares (Savana,17.09.2010) .

Verificou-se também uma atitude crítica contra a polícia, vista como sendo incapaz de garantir a ordem e a segurança pública, o que demonstrou uma “deficiência ou ausência do Estado”. No *Savana*, há uma crítica frontal ao Ministério do Interior pelo facto de os polícias terem disparado balas verdadeiras contra os manifestantes, que atingiram mortalmente cerca de uma dezena de manifestantes. Juntando-se a isso, em 2010, o semanário criticou a Procuradoria da República pelo facto de ter acusado o músico moçambicano Azagaia de instigar as manifestações com a música “Povo no Poder”, que aborda a difícil situação vivida pelo povo moçambicano face ao aumento do custo de vida. De notar que a música, lançada depois das manifestações de 2008, foi publicada na íntegra por este semanário em 2010 (Savana, 03.09.2010). O papel dos novos *media*, tais como os telemóveis, foi igualmente abordado. Eles foram encarados como os “sindicatos” das manifestações, pois foi através da circulação de mensagens, de proveniência não identificada, que foi possível a mobilização dos populares, bem como o relato dos acontecimentos em tempo real. Refira-se que, durante as manifestações, particularmente as de 2010, de acordo com o *Savana*, empresas de telefonia móvel suspenderam os serviços de “sms” por dois motivos: i) no caso da Vodacom, por ordem, através de comunicado oficial, do Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM); ii) no caso da Mcel por problemas de “avarias”. Entretanto, o semanário refere que o INCM recusou tal acusação, ainda que o semanário tenha publicado a cópia do comunicado em questão na edição de 17.09.2013.

Portanto, apesar das diferentes tendências dos dois semanários analisados, nota-se que há uma cobertura relativamente equilibrada, ainda que, nalguns casos, o *Savana* tenha sido mais crítico e frontal com relação ao Governo.

1. Este texto enquadra-se numa pesquisa mais ampla sobre “Direito à alimentação e movimentos sociais”, realizada pelo IESE, em parceria com a Universidade de Sussex, (Reino Unido), Universidade de Nairobi (Quênia), Instituto de Desenvolvimento do BRAC (Bangladesh) e a Campanha pelo Direito à Alimentação da Índia.

2. Ver Schneider, M. (2008). *We are Hungry! A Summary Report of Food Riots, Government Responses, and States of Democracy in 2008*. Cornell University: New York, p. 51.

3. Mas importa notar que a primeira manifestação do género ocorreu, em 1993, contra o aumento do preço dos “chapas”. Para além das revoltas de 2008 e 2010, em 2012, houve uma outra manifestação, sem grande violência expressa, a 15 de Novembro, em que a população também reclamava o aumento do preço dos “chapas”. Embora a última tenha sido menos expressiva, ela confirma a tendência periódica dos cidadãos manifestarem-se contra o aumento do custo de vida.

4. O Governo introduziu igualmente uma série de medidas de âmbito macroeconómico como, por exemplo, poupança nas despesas públicas e reforço e valorização do metical.